

INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO E A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA REFUGIADOS: ANÁLISE DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE SOLIDARIEDADE ACADÊMICA – PESA

RÔMULO SOUSA DE AZEVEDO

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

JOÃO FERREIRA DE OLIVEIRA

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

RESUMO: O propósito deste trabalho é compreender os desafios da inserção de refugiados como docentes em Instituições de Ensino Superior no Brasil, a partir dos conceitos de classificação, campo e *habitus*, de Pierre Bourdieu. Realizou-se análise documental do Programa Emergencial de Solidariedade Acadêmica, que fomenta a entrada de docentes e pesquisadores refugiados na pós-graduação. Ao utilizar-se de critérios que classificam uma pessoa como refugiada, o programa possibilita a esse grupo o acesso às instituições. Assim, a classificação altera o funcionamento do campo inserindo atores diferentes de outros candidatos em condições estáveis. No entanto, somente o ato de classificação não é suficiente. É preciso observar possíveis obstáculos, como: a ausência de conhecimento sobre o tema do refúgio e o *habitus* dos agentes que executam o programa localmente.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização; Pós-Graduação; Política Educacional; Refugiados.

INTRODUÇÃO

A classificação é algo presente no meio social. Pessoas e objetos são classificados cotidianamente: “Na existência cotidiana, os agentes classificam” (Bourdieu, 2020, p. 27). Não por menos, classificar é uma operação fundamental das ciências sociais (Bourdieu, 2020). Nos estudos migratórios¹, a classificação não é secundária. Há diversas formas de classificar alguém desse contexto: migrante², emigrante³, refugiado⁴, migrante forçado⁵ e apátrida⁶. Cada classificação detém um conjunto de características que ora diferenciam, que ora agrupam as pessoas. A partir desse conjunto é possível pensar em políticas públicas a determinados grupos.

Para delimitar a extensão da pesquisa, este artigo, além de estar focado na interlocução entre educação e migrações internacionais, realiza um recorte específico na categoria *refugiado*, por se tratar de um conjunto de pessoas que detém características e particularidades específicas se comparadas a outros grupos de migrantes, como aqueles que migram de forma voluntária.

Dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA), referente a setembro de 2023, nos informa que até o respectivo período, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) analisou 99.644 processos de solicitação da condição de refúgio, mais que o dobro se comparado com o ano anterior, que teve um total de 41.297 processos. Considerando ainda os dados acumulados que vão até setembro de 2023, o relatório aponta que os dez principais países que tiveram solicitantes de

reconhecimento da condição de refugiado são: Venezuela, Colômbia, Guiana, Cuba, Angola, Marrocos, Líbano, Nepal, China e Bangladesch (Cavalcanti *et al.*, 2023).

Entretanto, há outros países que também contam com cidadãos solicitantes: Afeganistão, Nigéria, Irã, Haiti, Rússia, Camarões, República Dominicana, Ucrânia, Peru, Paquistão, dentre outros. Se for considerado apenas o número de pessoas que tiveram suas solicitações deferidas, ou seja, que foram reconhecidas como refugiadas e que residem no Brasil, até 2022, o número era de 65.840 reconhecimentos (Junger da Silva *et al.*, 2023).

Trata-se então de uma população que existe, que está presente no país. Uma população que tende a crescer continuamente devido aos diversos conflitos que ocorrem no mundo. Além da migração de corpos, quando o refugiado chega ao país, migram-se com ele suas expectativas de se estabelecer no novo local. Expectativas atreladas a demandas sociais como o acesso a trabalho, saúde, lazer, direitos econômicos, direitos políticos, e claro, acesso à educação.

No caso da Educação Superior, há ações que fomentam o acesso de refugiados à universidade. Uma das mais tradicionais é a parceria entre a Cátedra Sérgio Vieira de Mello⁷ e as universidades brasileiras. Nesse fomento é disponibilizado o ingresso facilitado a refugiados nos mais diversos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior, privadas ou públicas. Entre os anos de 2019 e 2020, 14 universidades realizaram o processo de ingresso facilitado (Rocha; Azevedo; Mendes, 2022).

No entanto, há outras demandas igualmente legítimas. Por exemplo, a inserção acadêmica de pesquisadores e professores universitários em condição de refúgio. Afinal, o desafio é saber como fomentar a participação dessas pessoas na ciência brasileira, ao mesmo tempo que lhes possibilita continuar seus projetos de pesquisa e a desenvolver suas habilidades e *expertises*. A partir destas indagações, o objetivo deste artigo é compreender os desafios da inserção de acadêmicos oriundos do refúgio como docentes em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras.

Para cumprir o propósito do estudo, percebeu-se que a noção de classificação oriunda de Bourdieu (2020) seria fundamental. Afinal, se há um processo de ingresso facilitado para refugiados nos cursos de graduação na educação superior, poderia haver algo semelhante para professores e pesquisadores considerando a categoria de *refúgio*? Pensando nisso, este trabalho partiu de duas perguntas que orientarão a pesquisa: como o ato de classificação age na política educacional, possibilitando a internacionalização da pós-graduação mediante a inserção de refugiados como professores visitantes em universidades brasileiras? Somente o ato de classificação se torna importante para a inserção de refugiados como professores?

Como forma de respondê-las, decidiu-se por estudar o Programa Emergencial de Solidariedade Acadêmica (PESA), também denominado de Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação Emergencial (PDPG) de solidariedade acadêmica. Trata-se do primeiro programa federal que fomenta a entrada de docentes e pesquisadores refugiados no sistema de pós-graduação brasileira. O programa teve início em 2022 com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

As demais partes deste artigo estão divididas da seguinte forma: primeiramente, mostra-se como o refúgio se tornou ao longo da história, não somente um movimento migratório, mas também um movimento para a internacionalização da ciência; em seguida, as seções dois e três examinam os conceitos de classificação, *habitus* e campo, explicando como tais conceitos se relacionam com o estudo; a quarta seção é destinada à exposição da metodologia e, em seguida, expõe-se os resultados e a discussão da análise documental; por fim, apresenta-se as considerações finais, explicitando-se a importância do programa, bem como os desafios que precisarão ser superados para que o projeto possa ganhar sustentabilidade e continuidade a longo prazo.

O REFÚGIO COMO MOVIMENTO PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA

A internacionalização da ciência ocorre de três formas: a circulação de pessoas, textos e objetos; o modo de produção de conhecimento e o financiamento da pesquisa (Gingras, 2002). Focar-se-á em especial na primeira forma, mas sem ignorar as outras duas as quais aparecerão ao longo do texto. Referente à circulação de pessoas, o processo de internacionalização ocorre como um movimento forçado, uma vez que o acadêmico refugiado se encontra em outro país não por vontade própria, mas devido a questões maiores que podem colocar sua vida em risco.

O fato é que os refugiados contribuem para o desenvolvimento da ciência nos países que os recebem. Acadêmicos e cientistas transcendem a sua localidade, criando um espaço científico internacional (Gingras, 2002). A sociologia nos Estados Unidos foi renovada após a Segunda Guerra Mundial⁶ por refugiados europeus que migraram para o país. A presença de sociólogos europeus fomentou novas formas e temas de pesquisa, influenciando na hegemonia dos Estados Unidos na disciplina (Sapiro, 2018).

O historiador inglês Peter Burke (2017) estuda o fenômeno no livro *Perdas e Ganhos – exilados e expatriados na história do conhecimento*. Focado em pesquisadores das ciências sociais e humanas, Burke (2017) trata da migração para além dos corpos, retratando a migração de ideias e teorias e os aspectos positivos e negativos da migração forçada:

O tema central deste estudo, as singulares contribuições dos exilados e expatriados à criação e à disseminação do conhecimento, privilegia necessariamente os aspectos positivos. Mas não podemos esquecer as carreiras interrompidas, os livros que talvez fossem escritos e as contribuições ao saber que poderiam ter ocorrido se não fosse o exílio, ainda que não consigamos calcular essas perdas (Burke, 2017, p. 23).

Com os refugiados, Burke (2017) aborda a migração de intelectuais durante a Segunda Guerra Mundial. Apenas para citar alguns nomes, foram refugiados os filósofos Ernst Cassirer, Hannah Arendt, Karl Popper; os sociólogos Norbert Elias, Karl Mannheim, Theodor Adorno, Max Horkheimer; o filósofo Erich Auerbach; o cientista político Karl Deutsch; e os economistas Friedrich von Hayek e Ludwig von Mises.

Analisando os efeitos das migrações no campo acadêmico, Burke (2017) mostra que uma das consequências foi o encontro entre refugiados com forte embasamento

teórico com a cultura empirista do novo local. O resultado foi a produção de novos conhecimentos e a “construção de pontes”, afetando o desenvolvimento das disciplinas:

Horkheimer esperava resolver o que descrevia “como problemas da pesquisa empírica e da síntese teórica”, mas em uma carta ao colega Leo Lowenthal (1942) lamentou: “a abordagem mais empírica” derrotou “a mais teórica” [...] **No longo prazo, porém, os sociólogos americanos ficaram mais abertos à teoria, graças principalmente aos refugiados e aos filhos de emigrantes do Leste Europeu** (Burke, 2017, p. 230, grifo nosso).

No Brasil, há casos de acadêmicos que migraram durante a Segunda Guerra Mundial como refugiados, não tanto por medidas institucionais, mas por esforços do próprio refugiado em conjunto com o apoio pontual de algumas pessoas. Durante o período, o Brasil foi o segundo país da América do Sul que mais recebeu refugiados. Dentre os intelectuais que vieram ao país, podemos citar os alemães Ernst Feder, Hugo Simon, Richard Katz, Ulrich Becher, Willy Keller e Stefan Zweig; o filósofo tcheco Vilém Fusser; e o artista visual Walter Levy (Eckl, 2011; Carneiro, 2021).

Em geral, a presença de acadêmicos oriundos do refúgio no Brasil não é algo incomum. A dificuldade é se utilizar, de maneira institucional, das capacidades dessas pessoas nas IES. Por meio do PESA, o que temos agora é o esforço organizado do governo federal em atrair para os programas de pós-graduação os refugiados oriundos dos meios acadêmicos de seus países de origem. E claro, uma das formas de certificar o alcance do programa às pessoas idealmente visadas é por meio da classificação, categoria que assume importância em nosso estudo.

A CLASSIFICAÇÃO NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS E SEU EFEITO NO MEIO SOCIAL

Bourdieu (2020, p. 21) traz a seguinte definição para a classificação social: “Quando se trata do mundo social, com efeito, classificar é classificar sujeitos que também classificam; é classificar ‘coisas’ que têm como propriedade serem sujeitos de classificação”. Ou seja, classificamos pessoas que também classificam outras pessoas. Devido a classificação ser abordada muitas vezes pelo viés pragmático, os sujeitos classificados são tratados como “coisas”, “objetos”, “fatos”, em uma alusão positivista.

A forma como se classifica alguém não significa que é a mesma forma como o outro classifica. Em uma mesma situação pode haver ruídos. Durante a pesquisa de mestrado de Azevedo (2020), explicitado também por Azevedo e Amaral (2021), focou-se em compreender a prática educativa de professoras do ensino fundamental com crianças migrantes e/ou refugiadas. A primeira tarefa foi entrar em contato com determinadas escolas para averiguar a existência de alunos com o perfil da pesquisa. Em algumas unidades, ao fazer a pergunta, usou-se o termo *migrante* e *refugiado*. Ao responder que não havia alunos com o perfil, notou-se em certas ocasiões que a pessoa que respondeu demonstrava sinais de dúvida. Reformulou-se então a pergunta usando os termos *estrangeiros* e *pessoas de outros países*. Das seis vezes em que se fez a pergunta houve mudança da resposta em quatro, que passou do ‘não’ para o ‘sim’.

Por outro lado, além das pessoas serem classificadas e classificarem outras, elas também se autotransclassificam: “Todos são ao mesmo tempo classificadores e classificados, classificados por suas próprias classificações” (Bourdieu, 2020, p. 39). A filósofa Hannah Arendt fez a seguinte afirmação “Em primeiro lugar, não gostamos de ser chamados de ‘refugiados’. Chamamo-nos uns aos outros de ‘recém-chegados’ ou ‘imigrante’” (Arendt, 2013, p. 7). Burke (2017), ao tratar das vidas de refugiados que foram importantes para a história do conhecimento, por ter seus saberes “deslocados”, “transplantados” ou “traduzidos” em outros países e continentes, afirma que:

De um ponto de vista subjetivo, às vezes é difícil aceitar o rótulo de ‘refugiado’ ou ‘exilado’ [...] Algumas pessoas não aceitavam nenhum desses rótulos. Ficaram em negação durante um bom tempo depois de sua chegada, pensando que iriam se ausentar da terra natal apenas por um breve período (Burke, 2017, p. 17).

Assim, apesar da classificação ser algo comum, o peso social não é o mesmo:

Perguntar se todas as classificações têm a mesma força social conduz a uma pergunta muito difícil: será que todas as classificações têm a mesma capacidade de se autoverificarem? Os políticos, por exemplo, têm o poder de enunciar proposições sobre o mundo social dotadas de fortes pretensões de existência, investidas de uma espécie de forma autoavaliadora. As classificações sociais podem se distribuir desde a classificação completamente gratuita [...] até as classificações que, como se diz, têm força de lei (Bourdieu, 2020, p. 22).

Percebe-se que a classificação difere para cada contexto a qual é utilizada. Classificar uma pessoa por meio de insulto é algo que envolve escolhas arbitrárias, envolvendo o autor do insulto e o outro sujeito. Não é uma classificação imposta à comunidade, o que já não acontece com classificações pautadas em leis. No caso das políticas públicas há um conjunto de critérios que traçam características dedutíveis de determinados grupos (Bourdieu, 2020).

Entretanto, por mais que a classificação seja aplicada em políticas públicas, não quer dizer que somente sua aplicação seja suficiente para a mudança de certa realidade. É comum o pensamento de que o que está pautado nas políticas muitas vezes não é seguido ou tem pouca influência no meio social. Outros dois conceitos bourdieusianos nos ajudam a entender esse processo: os conceitos de campo e *habitus*.

OS CONCEITOS DE CAMPO E *HABITUS* PARA A COMPREENSÃO DA CLASSIFICAÇÃO SOCIAL

A abordagem de Pierre Bourdieu é denominada de teoria da prática. Nessa teoria, o sociólogo francês evita o reducionismo epistemológico entre objetivismo ou subjetivismo como modos distintos de explicação da realidade social, até então, os dois modos imperativos nos estudos sociológicos (Robbins, 2022). Apesar de Bourdieu não considerar apenas um modo epistemológico como caminho explicativo, não significa a defesa pela nulidade do objetivismo e do subjetivismo. Os dois modos de compreensão

foram o ponto de partida de Bourdieu para desenvolver sua própria abordagem: o conhecimento praxiológico.

Por essa abordagem, o sociólogo francês explicita os limites das correntes objetivista e subjetivista, mas, se utilizando de certos elementos dessas correntes e introduzindo outros, ele realiza uma síntese entre o sistema de relações objetivas e relações subjetivas, mediado pelo conceito de *habitus* (Ortiz, 1983).

No livro *A economia das trocas simbólicas*, Bourdieu (2007, p. 191), define *habitus* como: "sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes". O *habitus* orienta a ação do agente, no entanto, não é uma ação livre, mas produto das relações sociais presentes em um sistema objetivamente estruturado. O agente interioriza valores, normas, princípios sociais e sistemas de classificação, que orientam os modos de pensar e agir.

Dessa forma, *habitus* se apresenta como social e individual, pois refere-se a um grupo, mas também se conecta ao elemento subjetivo (Ortiz, 1983). O *habitus* individual se manifesta tanto nas relações como em campos sociais em que o agente participa e interage. Para Bourdieu (2004, p. 20), campo é "o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência". Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.

O campo é um microcosmo social com leis próprias, dividido em espaços como o campo da arte, da literatura, da música e da ciência, contando ainda com a existência de subcampos (Bourdieu, 2004). As instituições e os campos sociais produzem, pois, *habitus* específicos. Inferimos que a classificação pode alterar o *habitus* dos agentes de um dado campo, o que não significa que somente a classificação mudará tal realidade. A classificação altera o contexto em termos documentais, como a diretriz de uma política pública, mas no meio social, pode ser que tais modificações encontrem obstáculos por estar atrelados a questões subjetivas, ainda que ligadas a uma estrutura objetiva.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE SOLIDARIEDADE ACADÊMICA - PESA

A metodologia se fundamenta na análise de documentos oficiais do Programa Emergencial de Solidariedade Acadêmica. As informações sobre o programa estão detalhadas no *site* da Capes¹⁰. Foram analisadas as informações gerais sobre o programa e o Edital nº 30/2022 – Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação Emergencial – Solidariedade Acadêmica. Para além do edital, outros documentos anexos ao processo foram analisados: apresentação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR sobre refugiados; lista de documentos aceitos como comprovante da condição de refugiado; e a publicação do resultado do edital.

Na análise dos documentos, considerou-se as questões técnicas, sociais e políticas, bem como as instituições que efetivaram a classificação dos grupos atendidos pelo programa. Houve ainda atenção aos termos usados nos documentos indicando os

AZEVEDO, R. S. de, OLIVEIRA, J. F. de.

critérios da classificação. Estudando as construções linguísticas, a ideia foi identificar os “caracteres essenciais”, ou seja, aquilo que Bourdieu (2020, p. 23), define como: “as características distintivas mais poderosas de modo que as propriedades importantes sejam de alguma forma totalmente dedutíveis desse grupo de critérios ligados em si”.

Para além da variável classificatória, buscou-se refletir sobre as consequências, positivas ou negativas, do programa no campo acadêmico brasileiro e no *habitus* dos agentes. A ideia não era ficar apenas no visível e dito, mas aprofundar as análises. Um ponto metodológico importante é que instituições como Igreja, Estado e Organismos Internacionais disponibilizam os documentos que desejam e não necessariamente os documentos essenciais para se compreender o objeto. E, “se você não fizer certas perguntas, toda uma parte da realidade não será constituída” (Bourdieu, 2020, p. 53).

Aspectos Gerais e Financiamento do PESA

A seguir serão examinados os aspectos gerais do PESA e seu financiamento. O movimento de pessoas visando a internacionalização da ciência é um projeto apoiado por universidades e programas governamentais (Gingras, 2002). O processo pode ocorrer de diversas formas: intercâmbios; períodos de estudo denominados como “sanduíches”; bolsas de estágio pós-doutoral; bolsas para professoras visitantes; dentre outras formas. Muitos processos são direcionados de forma universal, deixando de considerar o contexto social de candidatas, ou mesmo questões de classe, raça e gênero.

No entanto, no ano de 2022, o governo federal adotou uma estratégia diferente. Por meio da Capes foi lançado o Programa Emergencial de Solidariedade Acadêmica - com o Edital nº 30/2022 – Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação Emergencial – Solidariedade Acadêmica. A principal inovação é que se trata exclusivamente de um programa de fomento à internacionalização da ciência visando a entrada de docentes e pesquisadores em situação de refúgio na pós-graduação brasileira:

A PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES [...] torna público o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação Emergencial - Solidariedade Acadêmica, para convocar Pró-Reitores das Instituições de Ensino Superior brasileiras (IES) a apresentarem projetos, conforme a legislação vigente e as condições estabelecidas a seguir. 1. **DO OBJETIVO GERAL** 1.1. Apoiar projetos cujo objetivo seja propiciar acolhimento de docentes e pesquisadores refugiados, que tenham interesse em atuar no Sistema Nacional de Pós-Graduação como Professor Visitante no Brasil, com foco na formação de recursos humanos de alto nível e em investigação acadêmico-científica em diversas áreas do conhecimento. 2. **DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS** 2.1. São objetivos específicos do presente edital: I - Induzir a absorção pela pós-graduação de docentes e pesquisadores refugiados, em cooperação com pós-doutor brasileiro, objetivando o fomento de projetos de formação de recursos humanos de alto nível e de investigação acadêmico-científica em diversas áreas do conhecimento; II - Oportunizar a solidariedade e a integração acadêmica, por meio da

atração de recursos humanos de alto nível do exterior, com vistas ao desenvolvimento da investigação acadêmico-científica e da pós-graduação no país; III - Contribuir para a transferência de conhecimento acadêmico-científico por meio da atuação de docentes e pesquisadores refugiados inseridos nas diversas áreas de pesquisa; IV - Estimular colaboração e publicações conjuntas entre docentes e pesquisadores que atuam no Brasil e no exterior (BRASIL, 2022, p. 1, grifos do documento).

Em uma primeira análise, o processo de classificação já se mostra em termos que indicam o público-alvo do programa, como: *solidariedade acadêmica, desenvolvimento de Pós-Graduação Emergencial, acolhimento de docentes e pesquisadores refugiados, solidariedade e integração acadêmica*. Junto ao aspecto humanitário, a classificação trabalha o aspecto técnico ao estimular e fomentar a ciência brasileira através da colaboração e publicações conjuntas entre profissionais brasileiros e do exterior; atração de recursos humanos de alto nível; e o estímulo para desenvolver a pós-graduação no país:

6.7. Os projetos deverão contemplar ações estratégicas que estimulem a articulação e induzam a colaboração entre o docente ou pesquisador refugiado e o pós-doutor vinculado a este, objetivando, no âmbito do projeto: I - Formação de recursos humanos de alto nível; II - Realização de investigação acadêmico-científica; e III - Fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação no país e dos grupos de pesquisa nacionais (BRASIL, 2022, p. 2).

A classificação possibilita ao refugiado uma oportunidade que dificilmente seria possível em condições normais a outros candidatos. Com o programa, há a superação de uma censura social trajada de controle científico, que consciente ou inconscientemente, impede ou dificulta a entrada de certos agentes no espaço acadêmico, mediante a aplicação de critérios sociais com roupagem de critérios científicos ou acadêmicos. Tais critérios atuam na reserva de nomeações a pessoas com posições sociais favoráveis à produção e a competição científica, excluindo das vagas, a priori, outros grupos como mulheres, jovens e estrangeiros (Bourdieu, 2002).

Entretanto, ao mesmo tempo que a classificação possibilita a oportunidade, ela também restringe. Para os interesses da Capes, não basta ser refugiado, é preciso que o candidato tenha o perfil desejado, apresentando comprovada produtividade acadêmico-científica. Contudo, aproveita-se o potencial de um profissional que provavelmente estaria em um novo país desenvolvendo funções aquém de suas habilidades. Não é incomum encontrar notícias de refugiados com formação de nível superior trabalhando em subempregos.

Quanto ao financiamento, o edital estabelece que os recursos do programa provirão do orçamento da Capes, um valor global estimado de até R\$ 21.260.000,00. Os recursos abrangem bolsas de professor visitante no Brasil e bolsas de estágio pós-doutoral. Os beneficiados terão recursos para vigência de 36 meses (BRASIL, 2022). De forma geral, os recursos são divididos entre: a) Concessão de bolsas de estudo no país:

Até R\$ 19.260.000,00; b) Recursos de custeio: Até R\$ 2.000.000,00, sendo destinado o valor de até R\$ 40.000,00 referente à cada beneficiário de bolsa.

Para além dos números é importante questionar: o que esses valores representam? Inicialmente, trata-se da primeira política federal para a inserção de acadêmicos, pesquisadores e professores, oriundos do refúgio, no sistema de pós-graduação brasileiro. Tal esforço pode ser traduzido em um número global: um investimento de até R\$ 21.260.000,00.

Segundo, observa-se a atuação da classificação social como forma de controle das políticas, uma vez que a classificação direciona para qual grupo os recursos serão destinados. Por exemplo, além da bolsa proveniente da CAPES, a IES poderá fornecer moradia estudantil; alimentação; benefícios de cunho social; auxílio financeiro para dependente abaixo de 18 anos e/ou ascendente acima de 60 anos; e apoio para aprendizado da língua portuguesa (BRASIL, 2022). Dessa forma, há critérios que agem como validação, determinando as especificidades das pessoas que serão contempladas com tais benefícios, (Bourdieu, 2020).

Observa-se assim as questões técnicas envolvidas no processo de classificação: critérios de seleção de um grupo social; concepções classificatórias; termos aplicados; instituições que classificam; recursos orçamentários. Mas como qualquer conceito que explica a realidade, ao focar o aspecto técnico, a classificação não consegue apenas por si captar os aspectos subjetivos: valores, crenças e ações, que também influenciam a política. A classificação, operada no âmbito da política pública, tem seus limites. Surge dessa lacuna a necessidade de trazer outros conceitos como campo e *habitus*.

Aspectos subjetivos do PESA: dois possíveis obstáculos para a perenidade do programa

Apesar da Capes formalizar o projeto por meio de uma classificação institucionalizada de refúgio, é necessário que pró-reitores das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras apresentem os projetos dos candidatos. Ou seja, os proponentes não são os refugiados, mas os pró-reitores das universidades locais (BRASIL, 2022). Para que haja refugiados no sistema de pós-graduação, não basta apenas a existência do edital, é preciso que agentes posicionados no campo acadêmico e que detêm o poder político-institucional¹¹ queiram e busquem contar com os refugiados nas instituições. Consequentemente, um possível obstáculo para a continuidade do programa é o *habitus* dos agentes que executam as políticas nas instituições locais.

É algo que não se remete apenas aos pró-reitores. Outros agentes influenciam na execução da política, como os coordenadores de programas de pós-graduação e professores universitários que podem indicar possíveis candidatos ao edital. Como o *habitus* alude ao caráter, comportamento, percepções, atitudes e sentimentos, ou seja, questões subjetivas orientadas por um campo acadêmico, pautado em um modelo científico europeu-americano, pode-se indagar a respeito de como tais agentes lidam com a presença de pessoas dotadas de um *habitus* distinto e de uma estrutura acadêmica que pode não ser reconhecida como a "melhor": um pesquisador do Afeganistão, Haiti, Venezuela ou Angola. Poderia haver resistência? Aceitação imediata? Resignação?

Dessa maneira, a classificação institucionalizada em uma política pública pode alterar os valores e crenças de um campo. No entanto, é necessário que haja a

intervenção de agentes já consolidados no espaço, dotados de certa posição de destaque e influência, para que se tenha o estímulo à entrada de novos atores, considerando inclusive que esses atores possam, de alguma maneira, afetar a natureza do campo a qual estrutura o *habitus*. Foi o que aconteceu com o campo da sociologia americana que, no período da segunda guerra mundial, teve sua base empirista profundamente afetada pelo embasamento teórico dos sociólogos europeus que ali se refugiaram (Burke, 2017).

O principal desafio não é mais a criação de uma política educacional visando alcançar os refugiados, mas sua perenidade. Ou seja, somente a classificação não é suficiente para o êxito e continuidade do programa. Pode haver questões técnicas e políticas que deem sustentação ao projeto, como as fontes de financiamento e os critérios formais de classificação, mas há também questões subjetivas determinantes.

Outro obstáculo é a possível ausência de conhecimento dos agentes locais sobre a temática do refúgio. Como é a própria instituição que criará a demanda por pesquisadores e professores oriundos do refúgio, é preciso munir os agentes das IES com conhecimento sobre o tema, que podem ser orientados por dois passos. O primeiro é a sensibilização das pessoas sobre o assunto. Para além da questão técnica, é importante que os agentes estejam sensibilizados e compreendam a necessidade de fazer o programa dar certo, tanto pelo aspecto humanitário como pela possibilidade da instituição se abrir a um escopo de conhecimento que até então poderia não ser possível.

Havendo a sensibilização, o segundo passo é munir os agentes com os conhecimentos técnicos do tema: O que é refúgio? Quais características aplicadas para definir uma pessoa como refugiada? Essas características estão localizadas em quais documentos e legislações? Quais instituições realizam a classificação? Quais documentos o candidato deve apresentar? Quais as principais nacionalidades que o Brasil tem recebido oriundos do refúgio? Essas são algumas das perguntas que podem orientar a formação dos agentes locais e que podem auxiliá-los na busca por candidatos.

Tais perguntas eliminam possíveis confusões e lacunas, por exemplo: não é somente pelo fato de um candidato ser oriundo de uma nação tida como “pobre” ou “emergente” que ele é refugiado. Um candidato da Índia, México, Tailândia pode não necessariamente ser refugiado. Apenas sua origem não é fator determinante. Apesar da categoria de refúgio ser analisada individualmente, o que não impede que um indiano, mexicano ou tailandês esteja em condição de refúgio, somente o lugar de onde veio não é variável definidora de tal condição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PESA possibilita, por meio da classificação de pessoas tidas como refugiadas, a internacionalização da pós-graduação brasileira ultrapassando lugares dotados de estabilidade social, política e cultural, como é o caso dos Estados Unidos e de alguns países da Europa. Além disso, fomenta o acesso a ideias e formas de prática científica oriundas de outros contextos que, apesar de instáveis, geram pesquisadores talentosos.

São acadêmicos da América Latina, África e Oriente Médio que, por meio do programa, são estimulados a colaborarem com as IES brasileiras.

Logo, a classificação exerce um papel de garantia de tais oportunidades, uma vez que, devido a questões específicas, dificilmente essas pessoas teriam condições de participarem de processos e editais de forma equilibrada com outros candidatos que não são provenientes do contexto de refúgio. O que é então classificar socialmente? É, também, afetar as vidas das pessoas tanto de forma positiva quanto negativa.

Para além de oportunidades, a classificação institucionaliza a presença de refugiados nos programas de pós-graduação, com a criação de bolsas, liberação de investimentos, financiamento de pesquisa e criação de postos para atividades de ensino, pesquisa e extensão. No caso do PESA, é um programa federal com financiamento da Capes, ofertando condições para que o refugiado desenvolva ações como professor visitante. Para além da migração de corpos, há o estímulo para a migração de ideias, intelectos, práticas e teorias¹².

A partir da compreensão de como a classificação age na política pública, pode-se questionar: Somente o ato de classificação possibilita a inserção de refugiados como professores? Diante do analisado, a resposta é 'não'. A classificação atua no campo técnico da política e, apesar de pautada em uma ordem objetiva, necessita-se observar a variável subjetiva que ocorre por meio do *habitus* dos agentes consolidados no campo, como os pró-reitores, coordenadores de programas de pós-graduação e professores universitários. Um *habitus* estruturado e "alimentado" pelo próprio campo acadêmico.

Um segundo obstáculo é a possível ausência de conhecimento dos agentes locais sobre a temática do refúgio. Como são os agentes que apresentarão à Capes as demandas de projetos e candidatos, é necessário que os profissionais das IES estejam munidos de conhecimento sobre o assunto. Pode-se dividir esse escopo de informações em dois níveis: um primeiro com a intenção de sensibilizar o corpo acadêmico sobre a importância do programa e seu aspecto humanitário; e em um segundo nível, muní-los com informações técnico-burocráticas sobre o assunto, ajudando-os a dirimirem possíveis lacunas que impeça ou prejudica a efetivação do programa.

Por fim, a pesquisa não se dá por finalizada. Uma forma de se aprofundar no tema é o desenvolvimento de estudos qualitativos, por meio de entrevistas com os professores contemplados pelo edital. É uma maneira de compreender por meio da experiência do próprio refugiado como ocorre sua inserção na IES; a coletivização da pesquisa; o trabalho colaborativo; o intercâmbio de ideias; as diferenças culturais; o financiamento das atividades acadêmicas; bem como suas contribuições à pós-graduação brasileira.

Artigo recebido em: 05/02/2024
Aprovado para publicação em: 29/07/2024

INTERNATIONALIZATION OF UNDERGRADUATE COURSES AND THE EDUCATIONAL POLICY FOR REFUGEES: ANALYSIS OF THE EMERGENCY ACADEMIC SOLIDARITY PROGRAM – PESA

ABSTRACT: The purpose of this paper is to comprehend the challenges on the insertion of refugee as lecturers in Higher Education Institutions in Brazil, based on Pierre Bourdieu's concepts of classification, field and habitus. A documentary analysis was carried out on the Emergency Academic Solidarity Program, which promotes the enrollment of refugee professors and researchers into undergraduate courses. Results show that by utilizing criteria that classify a person as a refugee, the program enables this group access to institutions. Thus, the classification changes the functioning of the field by inserting agents distinct from other candidates into stable socio-political conditions. However, the act of classification alone is not enough. It is necessary to observe possible barriers, such as: the lack of knowledge on the topic of refuge and the habitus of the agents who carry out the program locally.

KEYWORDS: Internationalization; Graduate Studies; Educational Policy; Refugees.

INTERNACIONALIZACIÓN DE LOS POSGRADOS Y LA POLÍTICA EDUCATIVA PARA REFUGIADOS: ANÁLISIS DEL PROGRAMA DE EMERGENCIA DE SOLIDARIDAD ACADÉMICA – PESA

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es comprender los desafíos de la inserción de académicos refugiados como docentes en Instituciones de Educación Superior en Brasil, a partir de los conceptos de clasificación, campo y habitus de Pierre Bourdieu. Se realizó un análisis documental sobre el Programa de Emergencia de Solidaridad Académica, que fomenta el ingreso de docentes e investigadores refugiados a estudios de posgrado. Los resultados muestran que al utilizar criterios que clasifican a una persona como refugiado, el programa permite a este grupo acceder a las instituciones. Por tanto, la clasificación cambia el funcionamiento del campo al insertar actores diferentes de otros candidatos en condiciones sociopolíticas estables. Con todo, el acto de clasificación por sí solo no es suficiente. Es necesario observar posibles obstáculos, como: el desconocimiento sobre el tema del refugio y el habitus de los agentes que realizan el programa localmente.

PALABRAS CLAVE: Internacionalización; Posgrados; Política Educativa; Refugiados.

NOTAS

1 - A imigração é o processo pelo qual estrangeiros se deslocam para um país, a fim de se estabelecerem. O movimento migratório é ocorrido de forma voluntária (OIM, 2009).

2 - Compreende, teoricamente, os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo, por razões de 'conveniência pessoal' e sem a intervenção de fatores externos que o

forcem a tal. O deslocamento pode acontecer por motivos econômicos, sociais, acadêmicos e mesmo por reunião familiar (OIM, 2009).

3 - É o processo inverso: a pessoa sai de seu país por livre vontade e se fixa em outra nação (OIM, 2009).

4 - Indivíduo que, devido a fundados temores de perseguição por raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontra-se fora de seu país de nacionalidade e não pode ou não deseja acolher-se à proteção do referido país. Considera-se, ainda, como refugiado, o indivíduo que está fora de seu país de nacionalidade por grave e generalizada violação de direitos humanos (BRASIL, 1997).

5 - A migração forçada é caracterizada por elemento de coação que ameaça a vida ou a sobrevivência de pessoas. Pode ser por causas naturais ou por causas provocadas pelo homem (OIM, 2009).

6 - Indivíduo que não é considerado por qualquer Estado como seu nacional. O apátrida não é detentor de direitos, como proteção diplomática ou direito de regresso (OIM, 2009).

7 - A Cátedra Sérgio Vieira de Mello é uma ação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, cuja objetivo é atuar em cooperação com Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, públicas e privadas. Pelo convênio as universidades realizam trabalhos em três áreas: pesquisa, ensino e extensão, envolvendo a temática do refúgio. Assim, as IES conveniadas com a CSVM buscam a consolidação do acolhimento de pessoas em situação de refúgio no meio universitário, e a garantia da coexistência pacífica junto à comunidade local (ACNUR, 2020).

8 - A Segunda Guerra Mundial foi um marco. A migração de refugiados europeus para outros países afetou o desenvolvimento ou recrudescimento de diversas disciplinas, dentre elas, as ciências sociais: “A Segunda Guerra Mundial teve um impacto significativo no desenvolvimento das ciências sociais, tanto nos países centrais quanto nos periféricos. No caso particular da sociologia, pode-se dizer que há uma inflexão entre o antes e o depois da grande guerra. Seus efeitos não se restringiram à interrupção de pesquisas em curso e ao fechamento de centros e laboratórios, **mas também abarcaram o exílio e a morte de intelectuais**” (Festi, 2023, p. 31, grifo nosso).

9 - Maton (2022, p. 77) traz uma definição de *habitus* mais resumida “O *habitus* enfoca nossos modos de agir, sentir, pensar e ser. Ele captura como nós carregamos nossa história dentro de nós, como trazemos essa história para nossas circunstâncias atuais e então como fazemos escolhas de agir de certos modos e não de outros. Esse é um processo contínuo e ativo”.

10 - Link da Capes para maiores informações sobre o PESA: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/programas-emergenciais/programa-emergencial-de-solidariedade-academica#:~:text=No%20%C3%A2mbito%20do%20Programa%20Emergencial,interesse%20em%20atuar%20no%20Sistema>

11 - Para Bourdieu (2004), há duas formas de poder no campo acadêmico correspondentes a duas espécies de capital científico: um poder temporal – ou político, de caráter institucional e institucionalizado, ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas; e um poder dotado de “prestígio” pessoal, fundado pelo reconhecimento dos pares do campo, devido às contribuições ao progresso de seu campo de conhecimento. Por esta divisão, concebe-se a figura do Pró-Reitor como o agente portador de capital científico da instituição, dotado de poder temporal e adquirido mediante estratégias políticas.

12 - Em uma busca por universidades que aderiram ao programa, verificou-se que em 2023 as seguintes universidades adotaram o PESA e realizaram o edital de chamada: Universidade Federal de Goiás; Universidade Federal de Juiz de Fora; Universidade Federal de São Carlos; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; Universidade Federal da Grande Dourados; Universidade Estadual da Paraíba; Universidade Federal de Santa Maria.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Relatório Anual - Cátedra Sérgio Vieira de Mello**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3nD1Atp>. Acesso em: 8 out. 2023.

ARENDR, H. **A condição humana**. Tradução Ricardo Santos. Covilhã: Universidade da Beira, 2013.

AZEVEDO, Rômulo Sousa de. **Dimensões da Docência de Professoras de Crianças Imigrantes e Refugiadas**. 2020. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, Catalão, 2020.

AZEVEDO, R. S.; AMARAL, C. T. As dimensões da docência no ensino às crianças imigrantes e refugiadas: estudo de caso com professoras em Goiânia. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 46, n. 2, p. 762-777, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/67964/37113>. Acesso em: 2 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 1997. **Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências, 1997**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação Emergencial – Solidariedade Acadêmica Edital nº 30/2022. **CAPES**. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/23062022_EDITAL30PDPGSolidariedadeAcadmica.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023.

BOURDIEU, P. A causa da ciência: Como a história social das ciências sociais pode servir ao progresso das ciências. *Política & Sociedade*, v. 1, n. 1, p. 143–161, 1 jan. 2002.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, P. **Sociologia Geral. Vol.1: Lutas de classificação**. Curso no Collège de France (1981-1982). Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

BURKE, P. **Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

AZEVEDO, R. S. de; OLIVEIRA, J. F. de.

CARNEIRO, M. L. T. Entre-mundos: a travessia dos refugiados do nazifascismo. Brasil, 1933-1945. **Cadernos de Literatura Comparada**, n. 45, p. 143-159, 2021. Disponível em: <https://www.ilc-cadernos.com/index.php/cadernos/article/view/787/806>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; FURTADO, A; DICK, P; QUINTINO, F; SILVA, S.
Acompanhamento de fluxo e empregabilidade dos imigrantes no Brasil: Relatório Mensal do OBMigra Ano 4, Número 3, março de 2023/ Observatório das Migrações Internacionais; Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais>. Acesso em: 22 nov. 2023.

ECKL, M. O exílio no Brasil ou "A Europa no meio do mato": desencontros entre Stefan Zweig e Ulrich Becher. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 53, p. 127-148, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34688/37426>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FESTI, R. **As origens da sociologia do trabalho – percursos cruzados entre Brasil e França**. São Paulo: Boitempo, 2023.

GINGRAS, Y. Les formes spécifiques de l'internationalité du champ scientifique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 141, n. 2, p. 31-45, 2002. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-actes-de-la-recherche-en-sciences-sociales-2002-1-page-31.htm>. Acesso em: 10 set. 2023.

JUNGER DA SILVA, G.; CAVALCANTI, L.; LEMOS SILVA, S.; TONHATI, T; LIMA COSTA, L. F.
Refúgio em Números 2023. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Ref%C3%B4gio_em_N%C3%BAmeros/Ref_em_n%C3%BAmeros_-_Resumo_Executivo_.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

MATON, K. Habitus. In: GRENFELL, M. (Org.). **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2022, p. 73-94.

OIM. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. Glossário sobre Migração. Genebra: OIM, 2009. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

ORTIZ, R. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 7-36.

ROBIINS, D. Teoria da prática. In: GRENFELL, M. (Org.). **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2022, p. 46-63.

ROCHA, S. R. P.; AZEVEDO, R. S.; MENDES, G. M. L. Educação Superior para Refugiados - uma análise dos procedimentos de ingresso nas universidades brasileiras vinculadas à Cátedra Sérgio Vieira de Mello. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 88, n. 1, p. 147-162, 2022. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/4828/4313>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SAPIRO, G. Entre o nacional e o internacional: o surgimento histórico da sociologia como campo. **Sociedade e Estado**, v. 33, p. 349-372, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/gVgsn4mTWsyRGxKW7bNVgwG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2023.

RÔMULO SOUSA DE AZEVEDO: Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás – UFG e membro da Cátedra Sérgio Vieira de Mello/UFG.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9959-5363>

E-mail: romulo.sousadm@gmail.com

JOÃO FERREIRA DE OLIVEIRA: Doutor em Educação pela USP (2000), com estágio pós-doutoral pela USP (2010 e 2016) e pela Universidade de Lisboa (2024). Professor Titular da UFG. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1B. Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Política e História da Educação no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil/CNPq.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4135-6340>

E-mail: joao_ferreira_oliveira@ufg.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).